

**RAÍZES EM
MOVIMENTO: GUIA
DE JOGOS E
BRINCADEIRAS
DOS POVOS
ORIGINÁRIOS DO
BRASIL, COM UM
OLHAR PARA O
PIAUI**

**DANIEL CARLOS DE ANDRADE NETO
MÁRCIO AURÉLIO CARVALHO DE MORAIS**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (IFPI)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT)

Autor:

Daniel Carlos de Andrade Neto

Orientador:

Prof. Dr. Márcio Aurélio Carvalho de Moraes

**Raízes em Movimento: Guia de Jogos e Brincadeiras dos Povos Originários do Brasil,
com um olhar para o Piauí**

PRODUTO EDUCACIONAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Andrade Neto, Daniel Carlos de

A553r Raízes em movimento [recurso eletrônico] : guia de jogos e brincadeiras dos povos originários do Brasil, com um olhar para o Piauí / Daniel Carlos de Andrade Neto, Márcio Aurélio Carvalho de Moraes. Parnaíba: [S.n.], 2025.
44 p.: il. color.

Produto integrante de pesquisa do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal do Piauí, *Campus* Parnaíba.

1. Educação. 2. Povos indígenas. 3. Jogos. I. Moraes, Márcio Aurélio Carvalho de. II. Título.

CDD - 378.013

Elaborado por Sindya Santos Melo CRB 3/1085

DEDICATÓRIA

Dedico este produto educacional, fruto da minha caminhada no mestrado, aos povos originários do Brasil — guardiões da terra, da memória e da ancestralidade —, aos homens, mulheres e crianças indígenas que, mesmo diante de séculos de silenciamento e resistência, continuam ensinando ao mundo o verdadeiro sentido de coletividade, respeito e equilíbrio com a natureza. Dedico também aos mestres do saber tradicional, que mantêm vivas as histórias, os cantos, os rituais e as brincadeiras que inspiram este trabalho; aos educadores e educadoras que acreditam em uma escola plural, crítica e acolhedora, capaz de reconhecer a riqueza das culturas e dos corpos em movimento; e, em especial, aos estudantes — motivo maior desta pesquisa —, que me mostraram que aprender também é um ato de reencontro com nossas raízes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela presença constante em minha caminhada, pela força nos momentos de incerteza e pela luz que sempre guiou meus passos. À minha mãe, meu exemplo maior de amor, coragem e sabedoria, cuja dedicação e fé foram o alicerce que sustentou cada etapa desta jornada. Com seu cuidado, paciência e orações, aprendi que a perseverança é o caminho mais seguro para a superação. Aos meus amigos e amigas, que estiveram ao meu lado nos momentos de alegria e também nas horas mais difíceis, oferecendo apoio, escuta e incentivo, tornando esta caminhada mais leve e significativa. Aos meus alunos, que diariamente me inspiram a ser um educador melhor, pois com eles aprendo que ensinar é também aprender, e que cada olhar curioso e cada descoberta compartilhada renovam o sentido da minha missão como professor. Aos meus mestres e orientador, cuja sabedoria e generosidade intelectual contribuíram de forma decisiva para minha formação, sou grato pelos ensinamentos, pelas provocações teóricas e pelo incentivo constante à reflexão crítica e à prática transformadora. A todos e todas que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste percurso, deixo meu sincero reconhecimento e gratidão, pois cada um contribuiu, à sua maneira, para a construção deste trabalho e para o fortalecimento da minha trajetória como educador comprometido com a inclusão, o respeito e a diversidade.

APRESENTAÇÃO

Olá, professor(a),

Temos o prazer de apresentar o Produto Educacional (PE) intitulado “Raízes em Movimento: Guia de Jogos e Brincadeiras dos Povos Originários do Brasil, com um olhar para o Piauí”. Este material é fruto da pesquisa realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), do Instituto Federal do Piauí (IFPI), vinculado à linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica. O estudo teve como propósito refletir sobre a valorização da diversidade cultural e a inclusão, por meio das práticas corporais tradicionais dos povos originários.

Com este guia, buscamos disponibilizar aos educadores um recurso pedagógico que contribua para a efetivação da Lei 11.645/08, incentivando o reconhecimento, o respeito e a valorização da cultura indígena através de suas práticas corporais e jogos tradicionais.

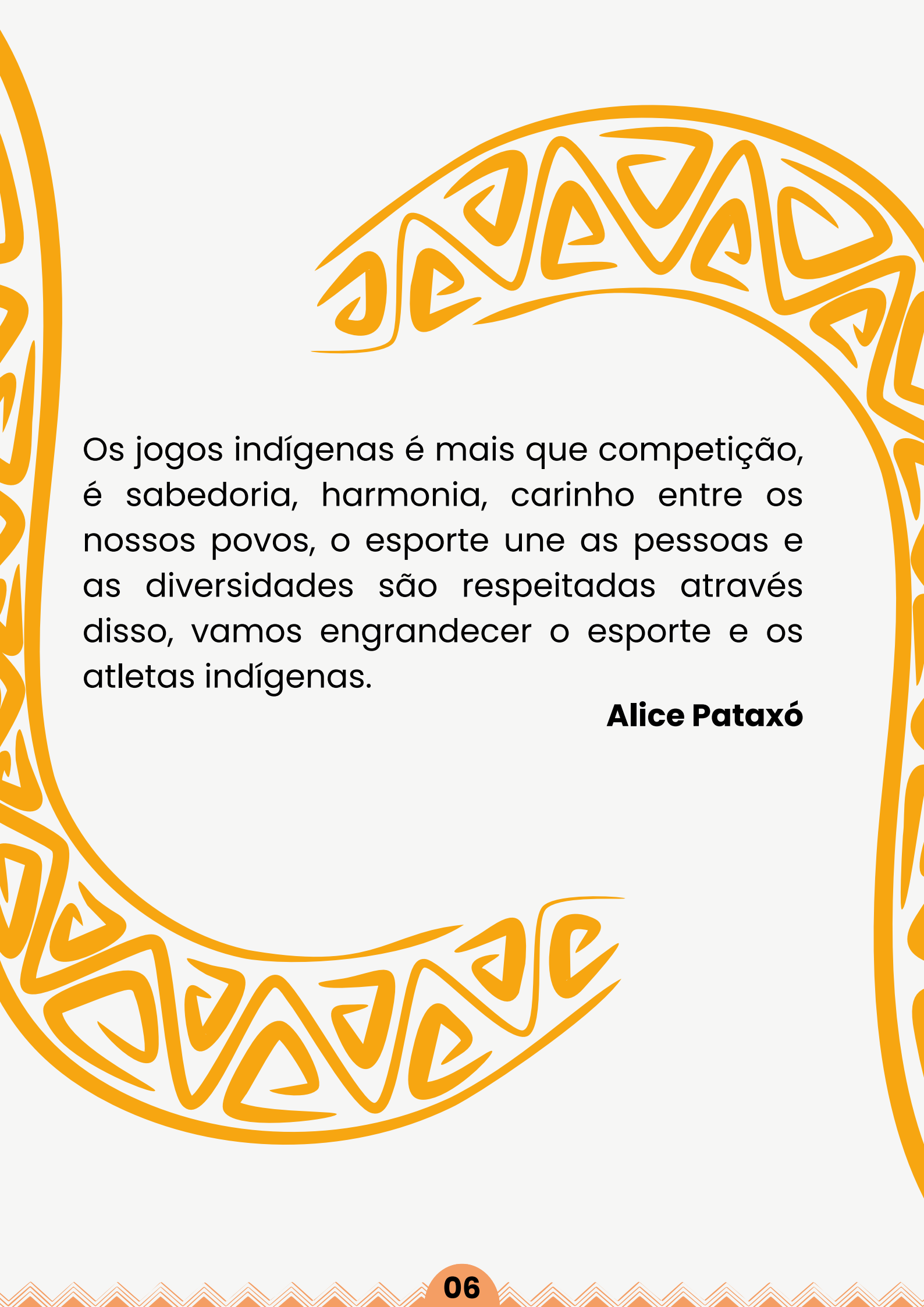
Organizamos o produto em três partes principais:

1. **O Alicerce – Por Onde Começar:** apresenta os fundamentos essenciais para compreender a riqueza da diversidade indígena no Brasil e, em especial, no estado do Piauí. Também oferece orientações iniciais para o uso pedagógico do guia.
2. **As Grandes Práticas Corporais Originárias:** apresentação das vivências de jogos e brincadeiras indígenas adaptadas ao ambiente escolar.
3. **Amplificando a Aprendizagem:** traz sugestões de atividades, leituras e recursos complementares que enriquecem o entendimento e fortalecem a prática pedagógica sobre a temática indígena.

Desejamos que este material enriqueça suas práticas pedagógicas, tornando suas aulas mais inclusivas, reflexivas e conectadas com a diversidade cultural. Que ele possa fortalecer a criação de um espaço educativo que reconheça e celebre a pluralidade de saberes, histórias e vivências presentes em nossa sociedade.

SUMÁRIO

1 O Alicerce – Por Onde Começar.....	07
1.1 Um País, Muitos Povos: Diversidade no Brasil e no Piauí.....	08
1.2 Jogar para Quê? O Propósito dos Jogos Indígenas.....	14
1.3 Como Usar Este Guia: Um Roteiro para a Transformação.....	18
2 As Grandes Práticas Corporais Originárias.....	24
2.1 Arco e Flecha.....	24
2.1.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência.....	25
2.1.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão.....	27
2.1.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida.....	27
2.2 Corrida de Tora.....	27
2.2.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência.....	28
2.2.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão.....	29
2.2.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida.....	29
2.3 Arremesso de Lança.....	29
2.3.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência.....	30
2.3.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão.....	31
2.3.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida.....	31
2.4 Cabo de Guerra.....	31
2.4.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência.....	32
2.4.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão.....	33
2.4.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida.....	33
2.5 Zarabatana.....	33
2.5.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência.....	34
2.5.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão.....	35
2.5.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida.....	35
3 Sugestões sobre a temática.....	37
3.1 Sugestões Nacionais.....	37
3.2 Sugestões Locais (Piauí).....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
Referências.....	42



Os jogos indígenas é mais que competição, é sabedoria, harmonia, carinho entre os nossos povos, o esporte une as pessoas e as diversidades são respeitadas através disso, vamos engrandecer o esporte e os atletas indígenas.

Alice Pataxó



1. O Alicerce: Por Onde Começar



“Os brancos vão fazer adoecer a terra e o céu.”
— Davi Kopenawa

Conhecer para Respeitar, Entender para Transformar

Antes de levarmos os jogos de matriz indígena para os espaços escolares, como o pátio ou a quadra, é fundamental conhecer os povos que os criaram, compreender o significado dessas práticas em seus contextos culturais e refletir sobre como podemos, enquanto educadores, mediar essas vivências com sensibilidade, respeito e propósito pedagógico.

A Parte I deste guia constitui a base para uma abordagem educativa mais consciente, crítica e transformadora. Neste segmento, propomos a desconstrução de estereótipos, a ampliação do olhar sobre os povos indígenas e o fortalecimento da formação docente voltada para a valorização da diversidade. Mais do que conhecer jogos, trata-se de mergulhar nos significados profundos que essas práticas corporais carregam: saberes ancestrais, memórias vivas, territórios, espiritualidades e modos de existência que resistem, se reinventam e continuam pulsando na contemporaneidade.

Para iniciar essa jornada, é essencial reconhecer que o Brasil abriga uma rica diversidade de povos originários, cada qual com sua língua, história e formas próprias de se relacionar com o mundo. No Piauí, povos como Tabajara, Tapuio-Itamaraty, Kariri, Gamela (Akroá-Gamela), Guajajara, Warao e Gueguê compõem um mosaico cultural de grande importância, resistindo ao tempo e inspirando novas gerações.

É nesse reconhecimento que os jogos e brincadeiras indígenas revelam seu verdadeiro significado — não como simples atividades lúdicas, mas como expressões enraizadas em histórias, territórios e modos de vida que permanecem vivos.

Ao longo desta seção, você encontrará conteúdos que ampliam o olhar sobre a temática indígena, como:

- Reflexões sobre a diversidade dos povos originários do Brasil, rompendo com ideias generalizantes e colonizadas.
- Uma abordagem clara sobre o papel social, educativo, espiritual e político dos jogos tradicionais indígenas.
- Orientações práticas para aplicar este guia de maneira inclusiva, crítica e transformadora, dentro do contexto escolar.

Assim como uma casa se sustenta sobre alicerces firmes, uma proposta pedagógica intercultural exige conhecimento, sensibilidade e preparo. Este é o início da caminhada. Nos capítulos seguintes, seguiremos por três etapas: começando pelo reconhecimento da diversidade dos povos (1.1); em seguida, explorando os significados culturais dos jogos (1.2); e, por fim, apresentando um roteiro prático para aplicar este guia no contexto escolar (1.3).

1.1 Um País , Muitos Povos: Diversidade no Brasil e no Piauí

Temos que ter a coragem de ouvir a terra.”
— Ailton Krenak.

O Brasil abriga uma vasta diversidade sociocultural, especialmente entre os povos indígenas. Segundo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI, 2022), existem mais de 305 povos e 274 línguas vivas, distribuídos por diferentes regiões e biomas. Essa riqueza se manifesta nos modos de vida, nas organizações sociais, nas espiritualidades e nas práticas corporais, como jogos e brincadeiras. No entanto, nas escolas ainda predomina a visão de um “único índio”, estereotipado e homogêneo, que ignora a riqueza cultural existente e reforça preconceitos históricos.

Na sequência, a Figura 1 exibe o mapa das Terras Indígenas distribuídas pelo território brasileiro, com ênfase nas regiões de presença indígena no Nordeste. Esse panorama oferece uma visão ampla da extensão territorial e da riqueza cultural dos povos originários.

Figura 1 – Terras Indígenas no Brasil e áreas de presença indígena no Nordeste



Fonte: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/brasil/3031-unidades-de-conservacao-federal/terras-indigenas.html>.

Apesar da maior concentração de Terras Indígenas estar localizada na Amazônia Legal, o Nordeste também abriga registros expressivos da presença indígena. No estado do Piauí, mesmo sem áreas oficialmente demarcadas pela FUNAI, há fortes indícios históricos de ocupação ancestral e manifestações culturais que seguem vivas, preservadas pelas comunidades locais.

Povos como os Kariri e Tabajara desempenharam um papel fundamental na construção histórica do território. Enfrentaram a colonização com resistência, adaptaram-se por meio de migrações e reorganizações, e mantiveram vivos os saberes ancestrais — que continuam pulsando nas práticas culturais de comunidades espalhadas por todo o estado.

No estado do Piauí, mesmo sem áreas oficialmente demarcadas pela FUNAI, os povos indígenas mantêm presença significativa e crescente. De acordo com o Censo 2022 do IBGE, vivem no estado 7.202 pessoas que se autodeclaram indígenas, representando 0,22% da população estadual. Esses povos estão distribuídos em 114 municípios, ou seja, em quase 70% do território piauiense, revelando que a presença indígena não é apenas histórica, mas também atual.

As sete etnias reconhecidas atualmente no Piauí são: Tabajara, Tapuio-Itamaraty, Kariri, Gamela (Akroá-Gamela), Guajajara, Warao e Gueguê. Elas estão localizadas em cidades como Piripiri, Lagoa do São Francisco, Queimada Nova, Paulistana, Bom Jesus, Currais, Santa Filomena, Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí e Teresina (IBGE, 2022).

Essas heranças se revelam também na toponímia: rios e cidades carregam nomes de origem indígena, como Parnaíba, Aroazes, Piripiri, Jaicós, Pajeú, Piracuruca, Itainópolis e Poti. O próprio nome do estado, Piauí, tem origem tupi-guarani: “piau-i” significa “rio dos piaus”, sendo “piau” o peixe pintado e “i” a água. Esses nomes evidenciam a profunda marca da presença indígena na formação cultural e geográfica do território piauiense.

Para facilitar a compreensão e apoiar o trabalho docente, apresentamos a seguir um quadro-resumo que reúne informações sobre alguns dos povos que deixaram marcas profundas na história do Piauí, que permanecem vivas na atualidade.

Quadro 1 – Povos Indígenas do Piauí: História e Presença Atual

Povo	Localização Histórica/Atual
Tabajara	Região Norte (Piripiri, Lagoa do São Francisco)
Tapuio-Itamaraty	Lagoa do São Francisco
Kariri	Sul do Piauí (Queimada Nova e Paulistana)
Gamela (Akroá-Gamela)	Região de currais e Santa Filomena
Guajajara	Presença em Teresina (contexto urbano)
Warao	Comunidade refugiada em Teresina (oriundos da Venezuela)
Gueguê	Bom Jesus, Uruçuí, Baixa grande do Ribeiro, Santa Filomena

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

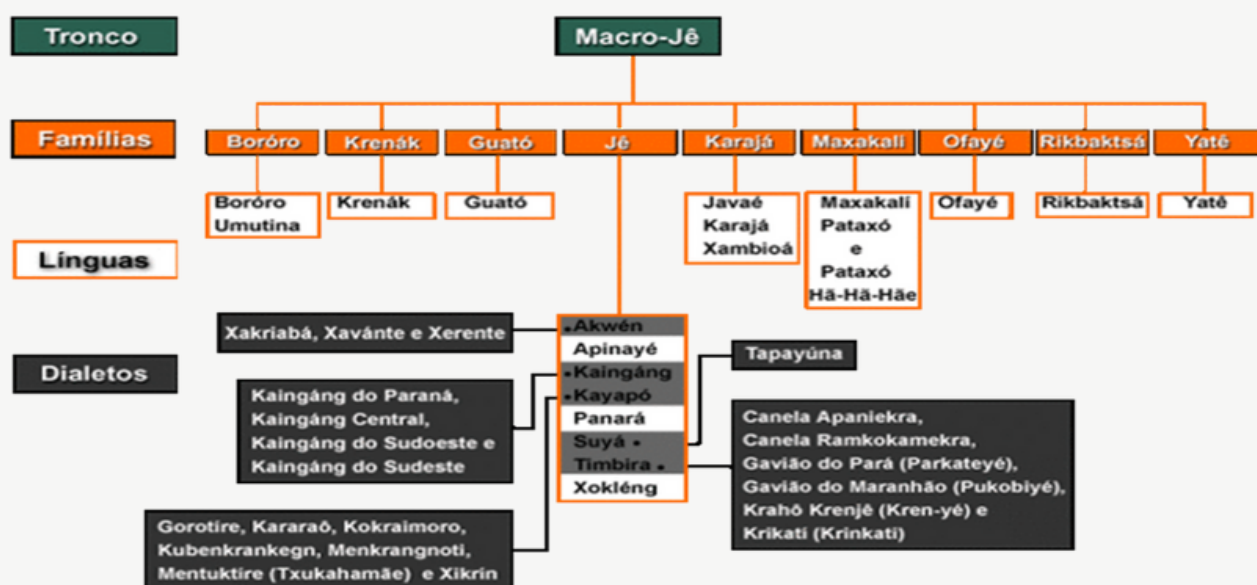
Apesar da diversidade dos povos indígenas, muitos estudantes ainda são ensinados a enxergar apenas um “tipo de índio”, visão simplista reforçada por livros didáticos e pela mídia. Essa representação distorce a realidade e contribui para a marginalização. Tassinari (1995) lembra que não há uma trajetória única para todos os povos, e que mudanças sociais não significam apagamento. Goffman (1981) aponta que estereótipos geram estigmas, enquanto Baniwa (2006) afirma que os indígenas são produtores de saberes, tecnologias e agentes ativos na sociedade brasileira.

A diversidade cultural dos povos indígenas também se manifesta de forma profunda e significativa por meio da língua, que é muito mais do que um instrumento de comunicação – é uma expressão viva de identidade, memória e resistência. Segundo dados do IBGE (2022), existem no Brasil mais de 274 línguas indígenas, organizadas em dois grandes troncos linguísticos – Tupi e Macro-Jê – além de 19 famílias independentes, o que revela uma impressionante riqueza linguística.

Essa pluralidade não apenas representa diferentes formas de perceber e interpretar o mundo, mas também sustenta modos próprios de ensinar, aprender e preservar saberes ancestrais. As línguas indígenas carregam histórias, cosmologias e práticas que se manifestam em rituais, jogos, danças e narrativas orais, sendo fundamentais para a manutenção das culturas originárias.

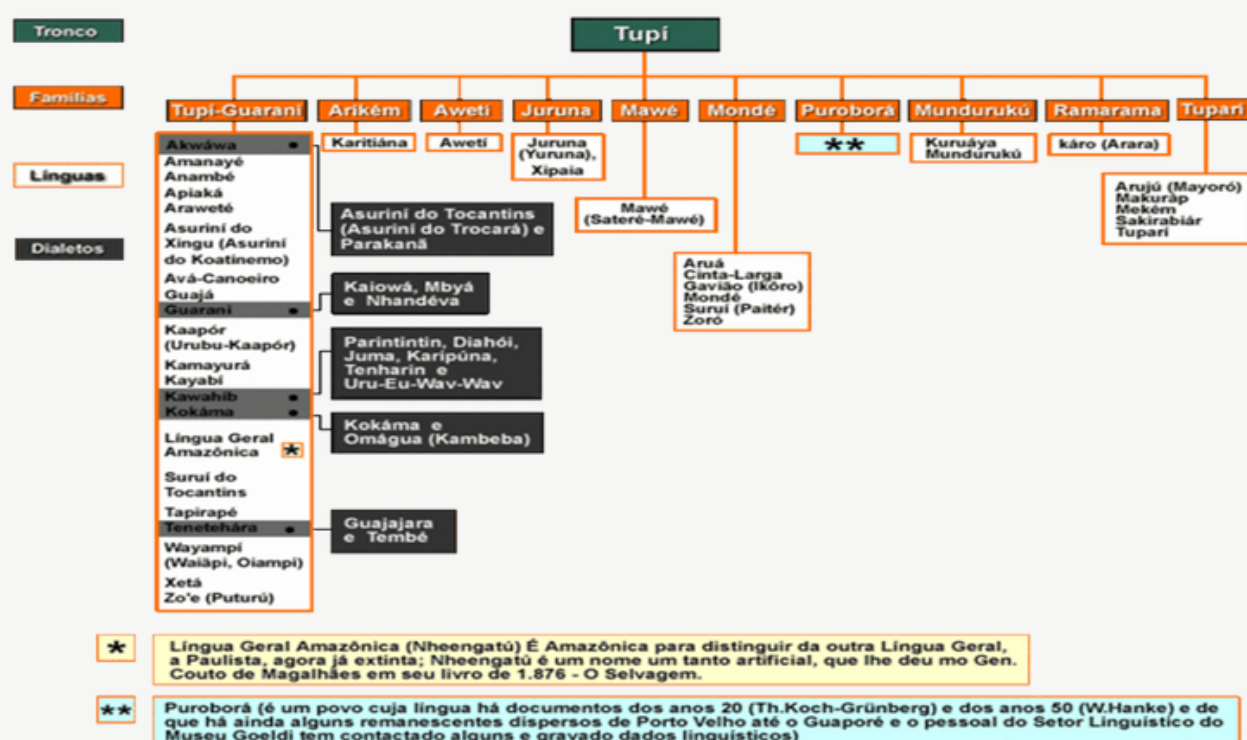
A seguir, as Figuras 2 e 3 apresentam representações gráficas das principais famílias linguísticas dos povos indígenas do Brasil, com destaque para os troncos Macro-Jê e Tupi.

Figura 2 – Família linguística dos troncos Macro-jê



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2025).

Figura 3 – Família linguística dos troncos Tupi



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2025).

Compreender essa diversidade é essencial para que os jogos e brincadeiras indígenas sejam incorporados às práticas pedagógicas com consciência e respeito. Para isso, é igualmente importante cuidar da linguagem utilizada em sala de aula. Muitos termos que antes eram comuns hoje são considerados inadequados ou pejorativos, enquanto outros promovem maior precisão e valorizam os povos indígenas com respeito.

A seguir, apresentamos um glossário com orientações terminológicas, que pode ajudar o educador a evitar estereótipos e reforçar o reconhecimento da identidade e da dignidade dos povos indígenas.

Quadro 2 – GLOSSÁRIO DE TERMOS RESPEITOSOS

Termo inadequado	Termo adequado	Explicação rápida
Tribo	Povo	“Tribo” dá a ideia de algo primitivo e fixo. “Povo” reconhece a organização social, cultura e história própria.

Índio	Indígena ou o nome do povo	"Índio" é um termo genérico e colonial. Prefira usar "indígena" ou o nome do povo.
Fantasia de índio	Vivência cultural respeitosa	Fantasiar crianças reforça estereótipos. Prefira vivências reais com mediação cultural.
Cultura inferior	Cultura diversa	Nenhuma cultura é inferior. Cada povo tem saberes e valores próprios e legítimos.
Selvagem ou primitivo	Tradicional ou ancestral	"Selvagem" desumaniza. Prefira termos que reconhecem a sabedoria histórica do povo.
Dialeto	Língua indígena	"Dialeto" diminui a importância. As línguas indígenas são completas e estruturadas.
Passado indígena	Presença indígena atual	Os povos indígenas estão vivos, atuantes e têm papel ativo na sociedade brasileira.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Reconhecer a diversidade dos povos indígenas — no Brasil e no Piauí — é o alicerce para valorizar suas práticas culturais de forma respeitosa. Esse reconhecimento abre caminho para compreender os jogos indígenas não como folclore ou relíquias do passado, mas como práticas vivas, carregadas de significados sociais, espirituais e educativos.

No próximo capítulo (1.2), exploraremos o propósito desses jogos, revelando como estão profundamente enraizados nas tradições, espiritualidades e modos de viver dos povos originários, e de que forma podem ser inseridos de maneira ética e pedagógica no contexto escolar.

1.2 Jogar para Quê? O propósito dos Jogos Indígenas

O corpo lúdico da criança é a garantia de uma vida adulta saudável. Felizmente, somente o brincar pode nos oferecer isso. Criança que não brinca, não cria. Criança que não brinca, copia.
— Daniel Munduruku

Ao brincar, o ser humano acessa significados que transcendem o entretenimento. Entre os povos indígenas, essas práticas corporais ocupam um lugar central na vida coletiva — estão presentes nos rituais, na educação das crianças e na preservação das tradições. Não são apenas jogos, mas expressões vivas de cultura, espiritualidade e identidade. Valorizar essa dimensão simbólica e social é essencial para que essas vivências sejam reconhecidas na escola como saberes legítimos, profundamente enraizados nos modos de vida originários.

Sob a perspectiva pedagógica, Nunes (2002) interpreta essas manifestações como processos de socialização cultural, vivenciados em harmonia com a natureza e guiados pela liberdade dos gestos e movimentos. Já Rocha Ferreira (2005) destaca que tais práticas estão profundamente conectadas a mitos e valores espirituais, formando uma cultura corporal do movimento que deve ser integrada à proposta de uma educação intercultural.

Dessa forma, o professor pode reconhecer nessas vivências não apenas momentos de diversão, mas oportunidades ricas de ampliar o repertório cultural dos alunos e fortalecer o diálogo entre saberes diversos.

No Piauí, entre os povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty — que vivem na comunidade Nazaré, em Lagoa do São Francisco — o arco e flecha integra práticas tradicionais ligadas à caça e também a jogos indígenas, sendo reconhecido como instrumento cultural e símbolo identitário em muitas etnias brasileiras (FUNAI, 2022).

Entre os Kariri da Serra Grande (Queimada Nova-PI), destacam-se práticas coletivas com forte componente corporal — como cantos, danças/rituais e a pintura e ornamentação corporal — que fortalecem os laços comunitários e a afirmação identitária.

Ao brincar, o ser humano acessa significados que transcendem o entretenimento. Entre os povos indígenas, essas práticas corporais ocupam um lugar central na vida coletiva — estão presentes nos rituais, na educação das crianças e na preservação das tradições. Não são apenas jogos, mas expressões vivas de cultura, espiritualidade e identidade.

Valorizar essa dimensão simbólica e social é essencial para que essas vivências sejam reconhecidas na escola como saberes legítimos, profundamente enraizados nos modos de vida originários.

Sob a perspectiva pedagógica, Nunes (2002) interpreta essas manifestações como processos de socialização cultural, vivenciados em harmonia com a natureza e guiados pela liberdade dos gestos e movimentos. Já Rocha Ferreira (2005) destaca que tais práticas estão profundamente conectadas a mitos e valores espirituais, formando uma cultura corporal do movimento que deve ser integrada à proposta de uma educação intercultural.

Dessa forma, o professor pode reconhecer nessas vivências não apenas momentos de diversão, mas oportunidades ricas de ampliar o repertório cultural dos alunos e fortalecer o diálogo entre saberes diversos.

No Piauí, entre os povos Tabajara e Tapuio-Itamaraty — que vivem na comunidade Nazaré, em Lagoa do São Francisco — o arco e flecha integra práticas tradicionais ligadas à caça e também a jogos indígenas, sendo reconhecido como instrumento cultural e símbolo identitário em muitas etnias brasileiras (FUNAI, 2022).

Entre os Kariri da Serra Grande (Queimada Nova-PI), destacam-se práticas coletivas com forte componente corporal — como cantos, danças/rituais e a pintura e ornamentação corporal — que fortalecem os laços comunitários e a afirmação identitária.

Os Akroá-Gamela (Gamela), presentes em diferentes iniciativas no Piauí, preservam memórias de jogos e brincadeiras tradicionais, incluindo brincadeiras de roda, que funcionam como espaços de socialização e solidariedade.

Os Guajajara (Tenetehara), com presença atual também em Teresina em contexto escolar, mantêm práticas rituais com cantos e maracás, nas quais os movimentos corporais transmitem ensinamentos e valores coletivos (ISA, 2022).

O povo Warao, refugiado da Venezuela e acolhido em Teresina, tem uma cultura intimamente ligada às águas; suas práticas lúdicas e expressivas incluem navegação em canoas e cantos coletivos, que vêm sendo ressignificados no novo território — inclusive em atividades escolares registradas na capital piauiense (SEDUC-PI, 2023).

Entre os Gueguê, povo em processo de reconhecimento no sul do Piauí, há valorização de brincadeiras tradicionais e do uso de elementos da natureza — raço comum documentado em inventários de jogos indígenas no Brasil. Essas práticas corporais, transmitidas de geração em geração, mostram que brincar é também um ato de resistência cultural, de afirmação identitária e de fortalecimento da coletividade.

Essa abordagem está amparada por diretrizes legais e curriculares. A Lei 11.645/08 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, enquanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) reforça o compromisso da educação com o respeito à diversidade, à empatia e à valorização dos múltiplos saberes culturais. Ao incorporar jogos tradicionais indígenas ao cotidiano escolar, abre-se espaço para que os estudantes vivenciem formas distintas de aprender, sentir e existir – integrando corpo, espírito e ancestralidade.

Quadro Pedagógico 3 – Conexões com a BNCC e a Lei 11.645/08

Competência/Habilidade BNCC	Conexão com os Jogos Indígenas
(EF35EF01) Experimentar, fruir e recriar jogos e brincadeiras.	Amplia repertório motor e cultural.
(EF67EF07) Reconhecer a diversidade cultural das práticas corporais.	Estimula respeito às diferenças e combate estereótipos.
Competência Geral 9: Empatia e diálogo.	Jogos indígenas valorizam cooperação, coletividade e equilíbrio.
Lei 11.645/08.	Garante o ensino da história e cultura indígena de forma prática.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Para além de seu valor pedagógico, essas práticas corporais indígenas carregam significados simbólicos densos e multifacetados. Candau (2014) as reconhece como expressões do patrimônio cultural imaterial, pois condensam saberes que revelam modos próprios de ser, sentir e interpretar o mundo.

Lévi-Strauss (1962) aponta que rituais e técnicas corporais constituem sistemas simbólicos integrados, nos quais corpo, natureza e cosmologia se entrelaçam em uma lógica própria. Geertz (1989), por sua vez, compreende os jogos como narrativas encarnadas — dramatizações que revelam estruturas sociais e fortalecem os vínculos comunitários. Assim, essas práticas não apenas educam, mas também comunicam, conectam e perpetuam mundos.

Exemplos concretos ajudam a revelar a profundidade desses significados. Entre os Kamaiurá, a luta Huka-Huka, realizada durante o ritual do Kuarup, encarna valores como coragem, respeito e fortalecimento das alianças entre aldeias. Nos povos Timbira, a corrida de toras evoca os espíritos da caça e reafirma os vínculos comunitários. Já entre os Xavante, o jogo da peteca — conhecido como tobdaé — transmite ensinamentos de cooperação e reverência à tradição.

A canoagem praticada pelos Kuikuro, por sua vez, exige domínio dos ventos e das correntezas, articulando saber técnico e dimensão espiritual. Cada prática, em sua singularidade, expressa modos de viver e de se relacionar com o mundo que merecem ser reconhecidos e valorizados.

Essas vivências revelam que, em contraste com a lógica ocidental dominante, marcada pela competição e pela hierarquização dos saberes, os jogos indígenas cultivam valores como cooperação, ancestralidade e equilíbrio coletivo. Como aponta Paulo Freire (1985, p. 49), “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. Essa perspectiva horizontal, presente nas brincadeiras e rituais indígenas, reconhece e celebra a pluralidade de formas de aprender, conviver e existir — fortalecendo uma educação que acolhe a diversidade como princípio.

A conexão entre práticas corporais e espiritualidade ocupa um lugar central nas culturas indígenas. Para os Yanomami, conforme relata Kopenawa (2020), os xapiripê — espíritos da floresta — são guardiões da saúde e do equilíbrio, cuja presença está diretamente vinculada à preservação dos territórios e da natureza.

Dessa forma, brincadeiras e rituais não são apenas expressões culturais, mas também atos de proteção da floresta e dos espaços sagrados. Rappaport (1968) e Eliade (2001) reforçam essa visão ao destacar que os rituais corporais regulam as relações entre seres humanos, ecossistemas e dimensões cósmicas. Preservar as práticas lúdicas dos povos indígenas é, portanto, um gesto de reconhecimento e defesa de modos de vida inteiros, enraizados em saberes ancestrais e cosmologias profundas.

Aprofundar a compreensão sobre essas manifestações — e suas relações com a espiritualidade, o território e os saberes ancestrais — é essencial para que não sejam reduzidas a meras curiosidades ou atividades recreativas desconectadas de seu contexto. No capítulo seguinte (1.3), propomos um roteiro prático voltado ao educador, com orientações claras para o planejamento, a execução e a reflexão das atividades sugeridas, sempre com o compromisso de cultivar um ambiente seguro, inclusivo e sensível às diversidades culturais.

1.3 Como Usar Este Guia – um Roteiro para a Transformação

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas.
Pessoas transformam o mundo.”
— Paulo Freire

Este guia vai além de reunir informações sobre os jogos e brincadeiras dos povos originários do Brasil. Ele foi pensado como uma ferramenta de transformação pedagógica, ética e cultural, alinhada à perspectiva de Freire (1996), que compreende a educação como um ato político comprometido com a promoção da dignidade humana e o reconhecimento da diversidade como princípio fundamental.

Para que as práticas apresentadas neste guia alcancem seu verdadeiro potencial formativo, é essencial que o educador se comprometa com uma trajetória que transcende a mera execução de atividades. Essa trajetória se estrutura em três momentos interdependentes e fundamentais: Contexto, Vivência e Reflexão.

A seguir, um quadro-resumo com os objetivos e ações principais de cada etapa dessa jornada pedagógica:

Quadro 4 – A jornada pedagógica: Contexto – Prática – Reflexão

Etapa	Objetivo Principal	Ações-Chave do Educador
-------	--------------------	-------------------------

Contexto	Conhecer e valorizar o contexto histórico, cultural e simbólico dos jogos.	▪ Pesquisar o povo originário da prática. ▪ Introduzir a atividade com imagens, mapas, vídeos ou relatos. ▪ Promover a escuta e o respeito às diferenças.
Prática	Vivenciar os jogos de forma respeitosa, significativa e coletiva.	▪ Evitar abordagens caricatas ou competitivas. ▪ Organizar o espaço de forma acolhedora. ▪ Valorizar o simbolismo e a cooperação.
Reflexão	Desenvolver consciência crítica, empatia e valorização da diversidade.	▪ Conduzir rodas de conversa ou produções criativas (desenhos, textos, podcasts). ▪ Estimular a expressão dos sentimentos e aprendizagens vividas.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

▪ **Contexto: conhecer para respeitar**

Antes de levar qualquer jogo ou vivência para o ambiente escolar, é fundamental mergulhar no universo histórico, social e simbólico que dá sentido a cada prática. Isso implica investigar o povo originário que a criou, suas crenças, seus territórios e os significados corporais e culturais que ela carrega. Como já aponta o capítulo 1, não existe “o índio” — existem centenas de povos originários, cada um com sua própria língua, história e modo de vida. Apropriar-se desse contexto é mais do que um ato de conhecimento: é um gesto ético de reconhecimento e valorização da dignidade cultural.

Essa abordagem está alinhada aos fundamentos da pedagogia intercultural crítica, que propõe a valorização dos saberes tradicionais e o enfrentamento dos estereótipos por meio da escuta sensível e do reconhecimento das diferenças como potência formativa (Candau, 2012).

Dica prática:

Sempre que possível, comece a atividade com uma conversa introdutória sobre o povo originário que deu origem ao jogo. Utilize recursos como imagens, mapas, relatos orais ou vídeos produzidos por indígenas. Essa etapa inicial é essencial para que os estudantes compreendam a prática dentro de um contexto simbólico mais amplo, favorecendo o respeito, a curiosidade e o reconhecimento da diversidade cultural.

▪ **Prática: vivenciar com o corpo e com o espírito**

Compreendido o contexto, inicia-se a vivência prática. É fundamental que os jogos indígenas não sejam vistos como meras brincadeiras ou curiosidades exóticas, mas como expressões vivas de culturas que articulam corpo, espiritualidade, território e coletividade. O educador deve orientar a atividade com intencionalidade pedagógica, valorizando cooperação, ancestralidade, equilíbrio e respeito mútuo. Abordagens competitivas ou caricaturais devem ser evitadas. O foco está no sentido simbólico e coletivo da prática, e não na performance individual.

Como ressalta Daniel Munduruku (2010), as práticas culturais dos povos indígenas são portadoras de valores ancestrais e coletivos. Ao serem vivenciadas no espaço escolar, devem ser acolhidas com respeito aos significados espirituais, comunitários e simbólicos que lhes conferem sentido e identidade.

Dica prática:

Cuide da preparação do ambiente com atenção. Organize os estudantes em círculo, crie um momento de escuta ativa e compartilhe o significado cultural do jogo. Estimule a participação de todos, evitando julgamentos ou cobranças. O mais importante é valorizar o percurso coletivo da vivência — não o desempenho individual, mas o sentido que emerge do encontro.

▪ **Reflexão: aprender com o vivido**

A etapa da reflexão é tão essencial quanto a vivência. Após o jogo, crie espaços de diálogo com os estudantes: convide-os a compartilhar o que sentiram, o que descobriram e o que perceberam de novo em relação às práticas corporais que já conheciam. Esse momento fortalece o vínculo com o conhecimento e amplia a compreensão sobre a diversidade cultural.

Essa etapa reflexiva pode acontecer por meio de rodas de conversa ou por registros criativos, como textos, desenhos, mapas mentais, vídeos ou podcasts. O propósito é que os estudantes reconheçam o jogo como uma expressão cultural significativa e, a partir dessa vivência, desenvolvam empatia, consciência crítica e respeito pela diversidade dos modos de ser e viver.

Dica prática:

Ao final de cada vivência, convide os estudantes a registrar uma palavra ou frase que sintetize o que mais os tocou na atividade. Esses registros podem alimentar um mural coletivo ou compor um diário de bordo da turma sobre os jogos indígenas, fortalecendo a memória afetiva e o sentido compartilhado da experiência.

Criando um ambiente seguro e inclusivo

Valorizar os jogos tradicionais indígenas implica transformar a escola em um espaço genuíno de acolhimento, escuta e inclusão. Isso exige garantir que nenhum estudante seja constrangido, discriminado ou excluído durante as vivências. Cabe ao educador cultivar um ambiente de confiança, onde todos se sintam parte do coletivo. Como afirma Freire (1996), é essencial que o educador adote uma postura ética e dialógica, construindo com os estudantes relações pautadas no respeito mútuo e na valorização das diferenças.

Uma abordagem eficaz é trazer os jogos para mais perto da vivência local. Questione: “Quais povos indígenas habitaram esta região? Que vestígios culturais, históricos ou simbólicos permanecem em nossa cidade ou comunidade?” Ao contextualizar dessa forma, os estudantes se reconhecem no conteúdo e estabelecem conexões significativas com sua própria história e território.

No contexto piauiense, destacam-se os seguintes povos e suas expressões culturais:

Quadro 5 – Povos indígenas do Piauí e suas expressões culturais

Tabajara e Tapuio-Itamaraty	Uso do arco e flecha, festas coletivas e corridas tradicionais.
-----------------------------	---

Kariri	Cantos e danças circulares, que reforçam a espiritualidade e a coletividade.
Gamela (Akroá-Gamela)	Retomada de brincadeiras coletivas e jogos de resistência física.
Guajajara	Práticas de caça simulada e rituais corporais que ensinam valores comunitários.
Warao	Atividades ligadas à água, como corridas de canoa e cantos.
Gueguê	Jogos com sementes, música e práticas de agricultura tradicional que envolvem toda a comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao trazer esses exemplos para a sala de aula, o educador evidencia que os jogos indígenas não são práticas distantes ou folclóricas, mas expressões vivas da cultura que molda o território piauiense.

Algumas orientações fundamentais para conduzir atividades com responsabilidade e respeito:

- Evite representações estereotipadas ou fantasiosas, como o uso indiscriminado de cocares, pinturas genéricas ou imitações que distorcem as culturas indígenas.

- Utilize uma linguagem atualizada e respeitosa, conforme orientações do glossário apresentado no capítulo 1, valorizando os termos corretos e o protagonismo dos povos indígenas.

- Garanta a participação de todos os estudantes, acolhendo suas singularidades, ritmos de aprendizagem e formas de expressão.

- Promova a empatia e o diálogo intercultural, enfrentando preconceitos e cultivando o respeito mútuo entre diferentes culturas e vivências.

- Priorize o contato com vozes indígenas autênticas, por meio de vídeos, entrevistas, obras literárias e produções de autores indígenas contemporâneos, fortalecendo a escuta ativa e o reconhecimento da diversidade.

Até aqui, exploramos os fundamentos teóricos, as reflexões críticas e o percurso pedagógico que estruturam este guia. Agora, é tempo de transformar conhecimento em ação. Na próxima parte, você encontrará propostas de vivências práticas inspiradas nas tradições corporais de diversos povos originários, acompanhadas de orientações para aplicação, sugestões de adaptações inclusivas e caminhos para reflexão coletiva.

Chegou a hora de fazer da sala de aula um espaço vivo de escuta, troca e reconhecimento — um território onde o corpo dialoga com a cultura e a ancestralidade pulsa em cada gesto. Vamos juntos embarcar nessa jornada pelas práticas corporais dos povos originários, com sensibilidade, respeito e abertura para aprender com saberes que atravessam gerações.



2. As Grandes Práticas Corporais Originárias



“Explorar seu corpo lúdico é um dos caminhos pra criança se tornar um adulto saudável. Somente o brincar pode nos oferecer isso!
— Daniel Munduruku

Vivenciar para Compreender, Jogar para Transformar

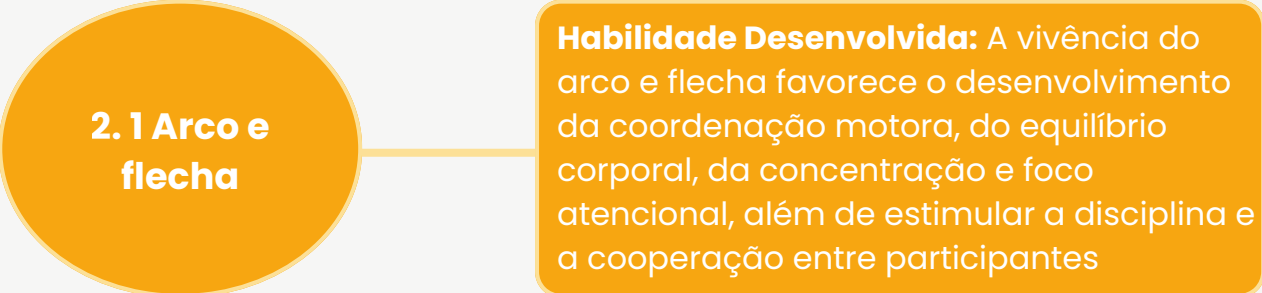
Se a Parte 1 deste guia construiu o alicerce do conhecimento — apresentando a diversidade dos povos indígenas, o significado de suas práticas e o papel do educador como mediador intercultural —, agora é o momento de colocar o corpo em movimento.

Na Parte 2, você encontrará propostas pedagógicas de jogos e atividades corporais originárias, organizadas de forma prática e acessível. Cada vivência foi elaborada para que o educador tenha à disposição um roteiro claro de execução, com orientações sobre materiais, regras, segurança, possibilidades de adaptação e estratégias de inclusão.

As atividades valorizam habilidades como cooperação, respeito, concentração, equilíbrio e força coletiva, sempre com foco em garantir a participação de todos os alunos. Mais do que esportes ou brincadeiras, essas práticas são caminhos para exercitar o corpo, fortalecer vínculos e ampliar a compreensão da diversidade cultural.

Cada vivência segue esta estrutura:

Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência — passo a passo, materiais, organização do espaço, regras e segurança.



2.1 Arco e flecha

Habilidade Desenvolvida: A vivência do arco e flecha favorece o desenvolvimento da coordenação motora, do equilíbrio corporal, da concentração e foco atencional, além de estimular a disciplina e a cooperação entre participantes

“O arco e flecha é um dos objetos mais representativos da tradição ancestral indígena no país.” — FUNAI

Figura 4 – Arco e flecha nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas



Fonte: Wikimedia Commons

2.1.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência

Preparando o Campo:

- Utilize a quadra poliesportiva ou o campo aberto da escola, conforme disponibilidade. Marque no chão a linha de disparo com fita ou giz para organizar os participantes e garantir a segurança.

Materiais Necessários (versão sustentável):

- Cano de PVC (para o arco)
- Espetos de madeira ou brotos de plantas (flechas)
- Garrafas PET (protetor de braço)
- Tecido de estofamento de sofá (acolchoamento e dedeira)
- Barbante, fita adesiva ou cola

Tutorial “Mão na Massa”:

Arco: Corte o cano de PVC no tamanho desejado. Faça furos nas extremidades e passe o barbante. Dê um nó firme, criando a tensão necessária para o disparo.

Flechas: Utilize espetos de madeira ou brotos de plantas como corpo da flecha. Proteja a ponta com materiais seguros e, se necessário, acrescente estabilizadores fixados com fita adesiva.

Protetor de braço: Recorte a garrafa PET no formato adequado ao braço. Reforce cobrindo com o tecido do sofá e fixe com cola ou fita.

Dedeira: Recorte o tecido do sofá em tamanho que cubra os dedos usados para puxar a corda. Costure ou cole as extremidades, garantindo firmeza e proteção.

Materiais do Alvo:

Formato e Material: alvo redondo confeccionado em tatames de EVA ou isopor, dividido em cinco cores (amarelo, vermelho, azul, preto e branco). Para maior durabilidade, pode-se reforçar com papelão ou madeira fina na parte traseira.

Estrutura: preso a um cavalete, garantindo firmeza e posição fixa.

Regras Fundamentais:

Objetivo do Jogo: Acertar o centro do alvo para somar pontos, buscando precisão e controle corporal.

Regra 1: Atirar apenas quando autorizado pelo professor.

Regra 2: Manter distância mínima de 10 a 12 metros do alvo no início (podendo evoluir até 18 metros conforme o nível da turma).

Regra 3: Cada jogador tem três tentativas por rodada.

Sistema de Pontuação:

- Amarelo = 10 pontos
- Vermelho = 8 pontos
- Azul = 6 pontos
- Preto = 4 pontos
- Branco = 2 pontos

“Assista à prática do arco e flecha escaneando este QR code”.



2.1.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão

- Variações: experimente disputas em equipes ou desafios por distância.
- Inclusão: reduza a distância para alunos com mobilidade reduzida ou permita a prática sentada.
- Cooperação: proponha desafios coletivos em que a pontuação da equipe seja somada, estimulando espírito comunitário.

2.1.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida

1. Onde mais na vida precisamos de foco, como no arco e flecha?
2. Como a prática nos ensina sobre equilíbrio e respeito?
3. O que podemos aprender sobre cooperação ao jogar em grupo?

2.2 Corrida de Toras

Habilidade Desenvolvida: força coletiva, a resistência física, o espírito de cooperação e a solidariedade, promovendo a compreensão de que a conquista é coletiva deve ficar para trás

“A corrida com tora é uma atividade tradicional indígena praticada por diferentes etnias no país.” — FUNAI

Figura 5 – Corrida de toras nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas



Fonte: Wikimedia Commons

2.2.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência

Espaço:

- Utilize o pátio escolar, quadra ou campo aberto, com percurso aproximado de 50 metros (ida e volta). Delimite bem o trajeto com cones, garrafas PET ou fitas para organizar o percurso.

Materiais Adaptados:

- Sacos de areia pequenos.
- Cones.
- Bastões
- Pneus pequenos com alça.

Observação: Esses materiais substituem a tora original, mantendo o caráter coletivo do esforço.

Regras Fundamentais:

Objetivo do Jogo: Transportar a “tora” até o ponto final e retornar em revezamento, garantindo que toda a equipe cruze junta a linha de chegada.

Regra 1: As equipes devem ser divididas em clãs (2 ou mais grupos).

Regra 2: A tora deve ser carregada nos ombros.

Regra 3: O revezamento é livre, permitindo que os integrantes se organizem da melhor forma.

Regra 4: A vitória só é válida se todos cruzarem juntos a chegada — ninguém pode ficar para trás.

“Assista à prática do corrida de toras escaneando este QR code”.



2.2.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão

- Valorize a cooperação mais do que a velocidade, reforçando que o objetivo não é competir individualmente, mas chegar em conjunto.
- Adapte o peso das toras conforme a turma:
- Materiais mais leves para grupos menores ou com menor força física.
- Uso em duplas ou trios para dividir o esforço.
- Estimule a rotação de papéis: quem carregou primeiro pode apoiar depois, reforçando a importância de ajudar e ser ajudado.

2.2.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida

1. É possível vencer sozinho? Por quê?
2. Onde precisamos agir como equipe no dia a dia?
3. Como foi ajudar e ser ajudado durante o jogo?
4. O que podemos aprender com a tradição indígena da corrida de toras sobre união e solidariedade?

2.3 Arremesso de lança

Habilidade Desenvolvida: O arremesso de lança desenvolve a coordenação motora global, a força controlada, a concentração e o foco atencional, além de estimular, o respeito às regras de segurança e a superação pessoal e coletiva

Figura 6 – Arremesso de lança nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas



Fonte: Wikimedia Commons

2.3.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência

Espaço:

- Área aberta de pelo menos 10 metros, podendo ser na quadra ou no campo. Marque uma linha de segurança para o local de arremesso.

Materiais Adaptados:

- Cabos de vassoura ou canos de PVC.

Regras Fundamentais:

Objetivo do Jogo: Arremessar a lança o mais longe possível, garantindo sempre o controle do movimento e o cuidado com a segurança.

Regra 1: Cada participante tem 3 tentativas por rodada.

Regra 2: O alvo é determinado pela distância alcançada no arremesso.

Regra 3: O arremesso deve ser realizado atrás da linha de segurança, delimitando o local de lançamento.

Regra 4: Vence o participante que alcançar a maior distância no arremesso da lança.

Observação: A atividade também pode ser realizada de forma cooperativa, somando-se as distâncias alcançadas por todos os membros da equipe.

“Assista à prática do arremesso de lança escaneando este QR code”.



2.3.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão

- Valorize o foco, a disciplina e a superação pessoal, e não apenas a competição.
- Ajuste o peso da lança para que todos os participantes possam arremessar com segurança.
- Estimule formatos coletivos (como a soma da equipe), reforçando o espírito de cooperação.

2.3.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida

1. Foi fácil manter o foco e o controle durante a atividade?
2. Que valores culturais podemos aprender com essa prática tradicional indígena?
3. Como o arremesso de lança pode nos ensinar sobre respeito, cooperação e diversidade?

2.4 Cabo de guerra

Habilidade Desenvolvida: O cabo de guerra desenvolve a força coletiva, a coordenação em equipe, a estratégia e o espírito de cooperação, mostrando que a união pode ser mais importante que a força individual

Figura 7 – Cabo de guerra nos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas



Fonte: Wikimedia Commons

2.4.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência

Espaço:

- Área plana e segura, com uma linha central marcada no chão e linhas de vitória demarcadas em ambos os lados.

Materiais Adaptados:

- Corda resistente (como varal reforçado ou corda de academia).
- Fita colorida fixada no centro da corda.
- Marcação de linhas de vitória no solo, a uma distância proporcional ao espaço disponível (ex.: 2 a 3 metros de cada lado).

Regras Fundamentais:

Objetivo do Jogo: Cada equipe deve puxar a corda até que o marcador central (a fita) ultrapasse a linha de vitória do seu lado.

Regra 1: As equipes devem estar equilibradas em número de participantes (geralmente 10) e, se possível, em força física.

Regra 2: A fita central deve começar alinhada à linha do meio.

Regra 3: É proibido enrolar a corda no braço, no corpo ou sentar no chão.

Regra 4: As disputas podem ser feitas em melhor de 3 rodadas ou em formato de revezamento de equipes.

“Assista à prática do cabo de guerra escaneando este QR code”.



2.4.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão

- Estimule a cooperação e a elaboração de estratégias coletivas, e não apenas a disputa de força.
- Adapte o número de jogadores e a intensidade do jogo conforme a turma.
- Inclua todos: alunos que não participarem diretamente podem atuar como líderes, incentivadores ou estrategistas.

2.4.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida

1. O que foi mais importante: força ou união?
2. Como sua equipe se organizou para vencer?
3. Você já viveu uma situação em que o coletivo foi mais importante que o individual?
4. Que ensinamentos essa prática pode trazer para a nossa convivência escolar?

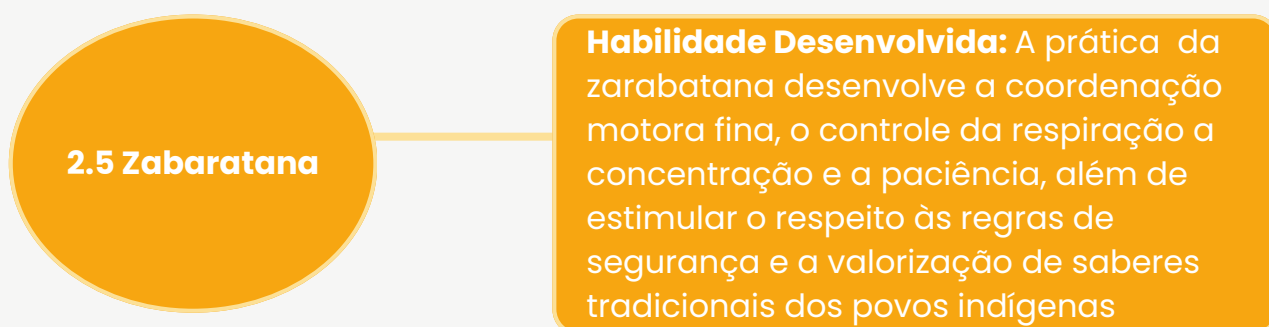


Figura 8 – Prova de zarabatana nos Jogos Indígenas Pataxó, Bahia



Fonte: Wikimedia Commons

Preparando o Campo:

- Utilize a quadra poliesportiva ou um espaço aberto da escola. Marque a linha de disparo no chão com fita ou giz, garantindo que todos os alunos fiquem a uma distância segura.

Materiais Adaptados:

- Tubo de PVC leve com 60 cm a 1,2 m de comprimento (mais curto que o tradicional para maior segurança e praticidade escolar).
- Dardos feitos com palitos de churrasco ou espetos de madeira, com pontas protegidas por EVA, fita adesiva ou tampas de caneta.
- Alternativa simples: canudos grossos de plástico podem ser usados como mini-zarabatanas.

Materiais do Alvo:

- Alvo redondo confeccionado em EVA ou isopor, preso em cavalete ou fixado em uma parede.
- Dividido em três cores para facilitar a pontuação.

2.5.1 Vamos Jogar: Guia Prático da Vivência

Fonte: <https://www.flickr.com/photos/131961022@N07/54487078402/>.

Tutorial “Mão na Massa”:

- Corte o tubo de PVC no tamanho adequado e lixe as bordas para evitar acidentes.
- Faça os dardos com espetos de madeira e proteja a ponta.
- Ajuste a distância do disparo para cerca de 6 a 8 metros, podendo variar de acordo com o espaço e o nível da turma.

Regras Fundamentais:

Objetivo do Jogo: Acertar o alvo, somando pontos de acordo com a zona atingida, estimula a precisão, o controle da respiração e o autocontrole.

Regra 1: Soprar apenas quando autorizado pelo professor.

Regra 2: Manter o corpo atrás da linha de disparo.

Regra 3: Cada jogador tem três tentativas por rodada.

Regra 4: Vence quem somar mais pontos no final da rodada.

Sistema de Pontuação:

Amarelo = 10 pontos

Vermelho = 6 pontos

Azul = 3 pontos

Observação: Na versão cooperativa, as pontuações dos integrantes podem ser somadas, favorecendo o espírito de cooperação.

“Assista à prática da zarabataba escaneando este QR code”.



2.5.2 Dicas Pedagógicas e de Inclusão

- Valorize mais a concentração e o controle da respiração do que a competição.
- Estimule a cooperação, propondo desafios em duplas ou equipes.
- Permita a prática sentada para quem tiver mobilidade reduzida.
- Adapte à distância, o tamanho do alvo e os materiais de acordo com a idade, condições físicas e necessidades da turma, garantindo a inclusão de todos.

2.5.3 Roda de Conversa: Conectando o Jogo à Vida

1. Como foi a experiência de tentar acertar o alvo?
2. Foi difícil controlar a respiração e manter o foco?
3. Como o controle da respiração ajuda em outros momentos do nosso dia a dia?

4. O que essa prática nos ensina sobre paciência e concentração?
5. De que forma a cooperação pode tornar o jogo mais divertido e inclusivo?
6. Como podemos valorizar mais os saberes indígenas na escola e na comunidade?



3. Sugestões sobre a Temática



“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”
— Paulo Freire

Nesta última parte, o guia reúne indicações de fontes, materiais e espaços de referência que podem ampliar os estudos e reflexões sobre os povos indígenas e suas práticas culturais. A intenção é oferecer caminhos de pesquisa que ajudem professores, estudantes e comunidade escolar a aprofundar os conhecimentos e a conectar-se com iniciativas que valorizam as culturas originárias.



3.1 Sugestões Nacionais



No âmbito nacional, há uma série de instituições e plataformas que disponibilizam materiais de qualidade sobre os povos indígenas, suas histórias e lutas:

- **Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)** – www.gov.br/funai
Portal oficial com informações sobre políticas públicas, direitos indígenas e notícias relacionadas.
- **Instituto Socioambiental (ISA)** – www.socioambiental.org
Disponibiliza artigos, relatórios e materiais educativos sobre povos indígenas e socioambientais.
- **Acervo Digital Curt Nimuendajú** – www.etnolinguistica.org/curt-nimuendaju
Reúne mapas, registros etnográficos e estudos sobre etnias indígenas brasileiras.

- Artigos e Revistas Acadêmicas
- Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) – edições sobre diversidade cultural.
- Cadernos de Educação Escolar Indígena (UFMT).

3. 2 Sugestões Locais (Piauí)

“A cartilha é a materialidade escrita que manterá viva nossas tradições,
memórias e história.”
— Cacique Henrique Manoel, Tabajara

No contexto piauiense, também é possível encontrar espaços, grupos de pesquisa e iniciativas que preservam e difundem saberes indígenas. Esses locais são excelentes referências para atividades pedagógicas, visitas técnicas e pesquisas acadêmicas:

- **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI/UFPI e NEABI/UESPI)**

Promovem pesquisas, eventos e publicações sobre diversidade étnico-racial e indígena.

- **Museu do Homem Americano (Parque Nacional da Serra da Capivara)**

Instituição referência para estudos sobre arqueologia e povos originários do Piauí.

- **Museu dos Povos Indígenas do Piauí – Anízia Maria (MUPI)**

Situado na comunidade Nazaré, em Lagoa do São Francisco-PI, o MUPI foi fundado em 2016 como iniciativa comunitária e, em 2023, ganhou novo espaço físico com apoio do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (Siec). É o primeiro museu do estado dedicado especificamente à preservação da memória indígena. Em 2024, recebeu mais de 3 mil visitantes, consolidando-se como referência viva de resistência e valorização cultural.

▪ **Associações e Casas de Cultura Indígena**

Espaços que promovem oficinas, exposições e atividades educativas sobre práticas culturais.

▪ **Artigos Locais e Teses Acadêmicas**

- Trabalhos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPI).
- Pesquisas do PROFEPT/IFPI sobre diversidade cultural e esportes de matriz indígena.

Finalizando este percurso, ressaltamos que as práticas, os jogos e os saberes aqui apresentados são apenas um ponto de partida. O compromisso com a valorização dos povos originários exige que a escola, a comunidade e cada leitor continuem buscando, pesquisando e ampliando seus horizontes. Ao explorar as referências sugeridas e ao dialogar com as realidades locais, fortalecemos um aprendizado vivo, que honra a ancestralidade e reconhece que a diversidade cultural é parte essencial da nossa identidade.

4 Considerações Finais

A educação intercultural propõe uma abordagem pedagógica centrada no reconhecimento, na valorização e no diálogo entre diferentes culturas, entendendo a escola como um espaço de trocas, convivência e reconstrução de saberes. Nessa direção, o guia *Raízes em Movimento: Jogos e Brincadeiras dos Povos Originários do Brasil*, com um olhar para o Piauí nasce do compromisso com uma educação plural e decolonial, que desafia visões hegemônicas e promove o respeito às identidades e aos modos de vida dos povos indígenas.

Mais do que um simples conjunto de atividades, este guia configura-se como um instrumento formativo que aproxima o educador da prática intercultural crítica (WALSH, 2007), ao promover o diálogo entre o saber científico e os saberes tradicionais. Ao reunir reflexões, orientações e vivências de jogos tradicionais indígenas, reafirma-se a importância de reconhecer as práticas corporais indígenas como expressões de saberes ancestrais, modos de ser e de estar no mundo, que educam por meio do corpo, da coletividade e da espiritualidade.

Inspirado pelos fundamentos da Lei nº 11.645/2008, o guia *Raízes em Movimento* propõe-se a colaborar com a construção de currículos mais inclusivos, que reflitam a diversidade cultural brasileira e ampliem a consciência sobre o papel dos povos originários na formação do país. Nesse sentido, reafirma-se a urgência de uma escola aberta ao diálogo, que adote a interculturalidade como eixo orientador de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a equidade e a valorização da diferença como princípio educativo.

O percurso de criação deste produto educacional revelou-se também um exercício de escuta e sensibilidade — às vozes indígenas, aos educadores e aos estudantes — evidenciando que o ensino das culturas tradicionais só ganha sentido quando é vivido com respeito e reciprocidade. Desse modo, o guia reafirma a importância de práticas pedagógicas que unam técnica e ancestralidade, teoria e vivência, corpo e território.

Espera-se que este material inspire docentes da Educação Profissional e Tecnológica, bem como de outros níveis de ensino, a integrarem os jogos e brincadeiras indígenas em suas práticas pedagógicas. Tal iniciativa fortalece a implementação da Lei nº 11.645/2008 e contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com o respeito à diversidade cultural que compõe a identidade brasileira.

Por fim, entendemos que Raízes em Movimento vai além de um simples produto educacional: trata-se de um convite à reflexão sobre o modelo de educação que desejamos construir — uma educação intercultural, democrática e humanizada, onde a diferença seja valorizada como fonte de aprendizado e o respeito às raízes culturais se torne o alicerce para a transformação social.

REFERÊNCIAS

ACERVO DIGITAL CURT NIMUENDAJÚ. Etnolinguística. Disponível em: <https://www.etnolinguistica.org/curt-nimuendaju>. Acesso em: 4 set. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ (ALEPI). Cartilha conta história dos povos indígenas Tabajara e Tapuio. Teresina, 2023. Disponível em: <https://www.alepi.pi.gov.br/noticias/Cartilha-conta-historia-dos-povos-indigenas-Tabajara-e-Tapuio>. Acesso em: 05 set. 2025.

BANIWA, Gersem dos Santos. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF. 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 02 Set. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

CANDAU, Vera Maria. Concepção de educação intercultural. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. Educação e Sociedade, Campinas, V. 33, N. 118, P. 235-250, Jan-Mar. 2012. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 06 agosto de 2025.

DALBONI, Melina. Ailton Krenak: “Do sonho você extrai coragem”. Veja São Paulo, 23 maio 2025. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/amarelinhas-ailton-krenak/> Acesso em: 23 set. 2025.

ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Povos indígenas no Brasil. Brasília: FUNAI, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atualizacao/povos-indigenas>. Acesso em: 4 set. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Corrida de tora: tradição e resistência entre os povos Timbira. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai>. Acesso em: 06 set. 2025.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Tradição: o arco e flecha na cultura das populações indígenas. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/tradicao-o-arco-e-flecha-na-cultura-das-populacoes-indigenas>. Acesso em: 6 set. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. Estigma- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. 2004. Publicação original: 1981. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: População indígena. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em: 4 set. 2025.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. 2022. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 6 set. 2025.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 4 set. 2025.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi. Yanomami: “A terra-floresta só pode morrer se for destruída pelos brancos”. Povos Indígenas no Brasil / Instituto Socioambiental – ISA, 2020. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 23 jul. 2025.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1962.

MUNDURUKU, Daniel. Mundurukando. São Paulo. Ed. do autor, 2010.

MUNDURUKU, Daniel. “SMB 2018: Daniel Munduruku fala sobre educar o corpo e o espírito para ser criança”. Aliança Pela Infância, 2018. Disponível em: <https://aliancapelainfancia.org.br/smb-2018-daniel-munduruku-fala-sobre-educar-o-corpo-e-o-espírito-para-ser-crianca>. Acesso em: 23 set. 2025.

NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças A’uwe-Xavante. In: SILVA, A.L.; MACEDO, A.V.L.; NUNES, A. (Orgs). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, p. 64-99, 2002.

PIAUÍ (Estado). Secretaria de Estado da Educação (SEDUC). Indígenas Warao participam de projeto de alfabetização em Teresina. 2023. Disponível em: <https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/10647>. Acesso em: 6 set. 2025.

Rappaport, R. A. 1968. Pigs for the ascestors. Ritual in the Ecology of a New Guinea People. New Haven: Yale university Press. 311.

ROCHA FERREIRA, M.B; et al. Jogos tradicionais indígenas. In: DA COSTA, L. P. (Org.). Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Shape, p. 35-36, 2005.

TASSINARI, Antonella M. I. Sociedades Indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural. In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luiz D. B. A Temática Indígena na Escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.



**"O esporte é uma forma de
resistência e de afirmação
da nossa identidade."**

Daniel Munduruku

